

Decolonizando a Psicologia: discussões sobre a invisibilidade de intelectuais negras(os) e das questões raciais na graduação em Psicologia

Decolonizing the Psychology: discussions on the invisibility of black intellectuals and racial issues in the graduation in Psychology

Elvis Dutra Laurindo

Graduado em Psicologia pela UNIBRAS. Estudante de mestrado na UFMT

João Lucas Saraiva Martins

Graduado em Psicologia pela UNIBRAS. Psicólogo

Catia Cristine Leite de Almeida

Graduada em Psicologia pela UNIBRAS. TAE na SEDUC-MT

Resumo: Este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso, realizado por estudantes do Departamento de Psicologia de uma faculdade privada do interior do estado de Mato Grosso, no segundo semestre do ano de 2021. Em termos metodológicos, o trabalho se concentra enquanto um estudo exploratório sobre o tema, tendo como instrumento de coleta o uso de questionário eletrônico. Nesse sentido, buscou-se com a pesquisa realizar apontamentos a partir das respostas que abrem discussões sobre o escamoteamento de teóricas(os) negras(os) na psicologia e das questões de raça, bem como tecer reflexões sobre esse apagamento e como isso pode impactar na formação acadêmica dos cursos de graduação em psicologia, como apontam alguns resultados. O artigo ainda demarca de forma parcial estudos de intelectuais negras/os cuja produção de saber são inseridas no campo da psicologia e da psicanálise. Assim, pretende-se com o estudo evidenciar não somente o apagamento dessas produções, como demonstrar como essas contribuições são valiosas para a decolonização do saberes em psicologia e na psicanálise.

Palavras-chave: Psicologia. Decolonialidade. Racismo epistêmico.

Abstract: This article is the result of a course completion work, carried out by students from the psychology department of a private college in the interior of the state of Mato Grosso, in the second half of the year 2021. In methodological terms, the work is concentrated as an exploratory study on the subject, having as a collection instrument the use of an electronic questionnaire. In this sense, the research sought to make notes from the answers that open discussions on the concealment of black theorists in psychology and race issues, as well as to make reflections on this erasure and how this can impact on the academic formation of undergraduate courses in psychology, as some results point out. The article also partially demarcates studies of black intellectuals whose production of knowledge is inserted in the field of psychology and psychoanalysis. Thus, the study is intended to show not only the erasure of these productions, but also to demonstrate how these contributions are valuable for the decolonization of knowledge in psychology and psychoanalysis.

Keywords: Psychology. Decoloniality. Epistemic racism.



1 Introdução

Como chegamos na Psicologia? Ao refletirmos sobre a nossa introdução na psicologia, podemos começar rememorando os nossos primeiros contatos teóricos e como isso influenciou a nossa compreensão inicial desse campo científico. Essa análise nos permite perceber as interseccionalidades de raça, classe e gênero que estão associadas ao conhecimento em psicologia no nosso imaginário. Segundo Grada Kilomba (2019, p. 50), “esse exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial”. Arriscamos dizer que as primeiras memórias que resgatamos geralmente estão relacionadas à figura de homens brancos, como Freud, Lacan, Skinner, Rogers e outros, cujas contribuições na psicologia provêm de países como Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha, por exemplo.

Em sua maioria, as construções teóricas dos autores mencionados não oferecem manejos suficientes para uma compreensão aprofundada ou abordagem de questões específicas de grupos étnicos distintos, como por exemplo; a população negra. No entanto, isso não implica que essas teorias não sejam necessárias; pelo contrário, a psicologia deve promover uma formação que leve em consideração a compreensão das subjetividades, sobretudo aquelas que são atravessadas por opressões sociais, além de valorizar a produção de conhecimento em psicologia realizada por autores não brancos. A ausência desse caráter formativo resulta em práticas pedagógicas que negligenciam o compromisso social e ignoram demandas que não são abrangidas pelo eixo de produção predominante (Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha).

As contribuições epistêmicas na psicologia vão além das que nos são apresentadas a partir de teóricos “canônicos”. Portanto, reconhecemos o valor das/os intelectuais negras/os na psicologia como essencial. Essa perspectiva modela a academia como um espaço que também se constrói sob a perspectiva da intelectualidade negra, permitindo que pessoas negras não sejam apenas objetos de estudo, mas também capazes de estudar e pesquisar sobre as realidades emergentes

vivenciadas por sua população por meio da produção intelectual de autoras/os negras/os. Para impulsionar esse movimento, é crucial reconhecer a existência dos estudos realizados por autorias negras na psicologia, que nos possibilitam pensar a saúde mental/psicossocial de maneira que nos ofereça outras percepções sobre subjetividade tão importantes quanto as descritas nas teorias consideradas “fundacionais” da psicologia.

A contribuição acadêmica de teóricas/os negras/os na psicologia desempenha um papel fundamental na compreensão dos impactos do racismo na saúde mental/psicossocial da população negra. Essas contribuições nos permitem entender como o racismo pode desencadear sintomas autodestrutivos na subjetividade das pessoas negras, influenciadas por um ideal de ego baseado em padrões de humanidade que correspondem às experiências da branquitude. Além disso, essas teorias nos ajudam a compreender como as pessoas negras lidam com as violências do racismo cotidiano, como a autoestima em suas múltiplas dimensões é afetada pelo racismo e como enquanto psicólogos e analistas podemos fazer corpo numa escuta qualificada como profissionais, compreendendo às demandas relacionadas à raça e suas intersecções com outros aspectos da constituição subjetiva da negritude no contexto brasileiro. Além disso, a produção de pesquisas nessa área oferece caminhos para a promoção de políticas públicas voltadas para a população negra e outros desdobramentos essenciais.

Nesse sentido, é fundamental compreender o sujeito que está sendo acolhido no *setting* e reconhecer as interseccionalidades presentes nessa escuta. A psicologia necessita adotar uma abordagem racializada, reconhecendo que pessoas brancas e não brancas têm experiências distintas. Portanto, as formas como suas subjetividades são constituídas devem ser compreendidas de maneiras diferentes em aspectos específicos. Esse tema tem por objetivo apontar o escamoteamento de teóricas/os negras/os e das questões de raça na psicologia a partir de uma pesquisa realizada numa faculdade privada do interior do estado de Mato Grosso. Fundamentamos nossa abordagem teórica na produção de conhecimento realizada por autoras e autores cujo trabalho nos

possibilita analisar e compreender as ramificações do racismo nas experiências subjetivas da população negra sob uma perspectiva decolonial da psicologia. Segundo Rafael Guimarães (2017, p. 264),

“para uma psicologia decolonial, há de se buscar o processo de reconhecimento e de reparação, apontar especificamente o lugar, para o branco, da percepção de sua branquitude; para o não branco, do processo de vivência do racismo” em sua subjetividade.”

2 Quem pode falar de Psicologia? Desobediências epistêmicas

A boca é um órgão com um papel fundamental na expressão do sujeito com o mundo, permitindo-nos falar sobre as experiências que nos atravessam e atuando como uma conexão entre nossa capacidade de absorver e transmitir conhecimento. No entanto, durante a violência colonial europeia, uma das estratégias utilizadas pelo colonialismo foi silenciar o sujeito negro. Kilomba (2019, p. 33, grifo da autora) descreve esse silenciamento como “[...] *a máscara do silenciamento*”, uma peça real e concreta de tortura dentro do projeto colonial europeu.

Embora esse objeto tivesse oficialmente outras finalidades, como impedir que pessoas escravizadas se alimentassem das plantações dos “senhores” de engenho, a máscara possuía um significado de instância simbólica. “A máscara simbolizava políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os *“Outras/os”*: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?”. Tentativas de emudecer aquilo que o sujeito branco teme ser verbalizado pelo sujeito negro e minar qualquer forma de resistência política articulada pela comunidade negra (Kilomba, 2019, p. 33, grifo da autora).

O que teme então a psicologia brasileira ao ser confrontada com a existência de uma estrutura hegemônica na qual seu conhecimento “fundacional” foi construído e difundido nas grades curriculares? Com o que a psicologia terá que se haver?

A máscara do silenciamento, portanto, revela a verdade desagradável pela qual a psicologia terá que se haver, afinal o que as/os intelectuais negras/os na psicologia poderiam reverberar caso seu conhecimento não fosse escamoteado das grades curriculares da

psicologia? Por que Neuza Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, Virgínia Bicudo, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Cida Bento, Na'im Akbar e tantos outras/os precisaram ser silenciados sistemicamente na psicologia brasileira? "Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o "Outra/o" (KILOMBA, 2019, p. 41, grifo da autora).

De acordo com Hugo Lanza (2021, p. 1145) "as noções de sujeito e de subjetividades, por exemplo, dizem respeito a um contexto muito diferente do latino-americano: tratam de especificidades histórico-culturais da Europa e dos Estados Unidos", a proposta de uma perspectiva decolonial de conhecimento surge no modo como essas produções basilares em psicologia, ou nas áreas de saber que se inscrevem na psicologia, não são suficientes para compreendermos a subjetividade de pessoas não brancas.

Segundo Lucas Veiga (2019, p. 245), "os currículos de psicologia nas universidades brasileiras são impregnados de colonialismo, e os autores mais estudados são homens-brancos-europeus". Nesse sentido, decolonizar a psicologia parte de uma perspectiva que nos permite pensar para além das "epistemologias canônicas" já instauradas no campo das ciências psicológicas, não se parte da negação ou ignorância das produções de conhecimento na psicologia oriundas do Norte global.

É muito difícil, senão impossível, entender os estilos de vida das pessoas pretas usando as teorias tradicionais desenvolvidas por psicólogos brancos para explicar as pessoas brancas. Além disso, quando essas teorias tradicionais são aplicadas às vidas de gente preta, muitas conclusões incorretas, direcionadas para a fraqueza e inferioridade podem surgir (White, 2020, p. 3).

Para Kilomba (2019, p. 53), "qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível". Propomos, portanto, a desobediência epistêmica a esses referenciais, questionando a hegemonia dos conhecimentos em psicologia presente nas grades curriculares. Nesse sentido, a democratização da estrutura teórica nos Projetos Pedagógicos de Curso

(PPC) das graduações em psicologia por meio da inclusão da produção de conhecimento de autoras/es negros e indígenas que fundamentam seus estudos em perspectivas diversas de compreensão da subjetividade, representam um movimento decolonial necessário, com isso busca-se contemplar especificidades que não se enquadram na abordagem analítica por meio das teorias eurocêntricas.

3 Dispositivo de racialidade e epistemicídio - a marginalização do conhecimento intelectual negro na Psicologia

Com base no conceito de dispositivo em Foucault, Sueli Carneiro (2023) demonstra que a noção de dispositivo de racialidade oferece recursos para compreender a retroalimentação das práticas do racismo na sociedade. A autora elucida como essas práticas são reconfiguradas para alcançar objetivos que perpetuam relações de poder, privilégios e estratégias discriminatórias baseadas na categoria racial.

No contexto deste artigo, a compreensão do dispositivo de racialidade é apresentada como uma noção que confere ao campo epistemológico quem tem autoridade para produzir conhecimento sobre a psicologia e quais conhecimentos são reconhecidos. Para analisar o modo como o dispositivo de racialidade contribui para o apagamento das contribuições de intelectuais negras/os, recorreremos às ideias de Carneiro (2023) sobre como o sujeito negro é inserido em um novo *status* dentro desse dispositivo, o qual é caracterizado como um dispositivo de poder.

O primeiro objetivo do dispositivo de racialidade seria a transformação do corpo negro em “máquina econômica”, tal qual ocorrido no contexto da escravidão, mas também em contextos atuais cujas condições de trabalho são reconhecidas enquanto condições análogas à escravidão na contemporaneidade. O segundo objetivo do dispositivo de racialidade se concentrou na transformação do corpo negro em objeto de ciência. Tendo o corpo vitimado pela violência da escravidão, segundo Carneiro (2023, p. 37) “[...] o negro sai da história para entrar na ciência [...]”, é despojado de sua autonomia e passa a ser objeto de experimentações e exploração (não compreensão) subjetiva.

Essa condição resulta na marginalização do negro na história e na sua inserção como objeto de estudo na ciência. As afirmações científicas da época tinham como intuito a “inumanização”¹ do negro. “De ambos os lados somos capturadas/os em uma ordem violenta colonial” (Kilomba, 2019, p. 51).

Ao longo do século XX, houve uma intensa produção de conhecimento sobre o sujeito negro, com o intuito de abordar as questões relacionadas às relações raciais no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que a maior parte desses estudos foi conduzida por intelectuais brancos nas instituições de pesquisa, o que garantiu a representação do corpo negro como objeto de estudo da ciência no que tange o dispositivo de racialidade. Essa dinâmica evoluiu na formulação de interpretação e conhecimentos sobre a população negra realizadas predominantemente a partir da perspectiva dos estudos de intelectuais brancos da época (Carneiro, 2023).

O conhecimento fundacional² de matriz eurocêntrica na psicologia tornou-se hegemônico e dominante, enquanto outras formas de conhecimento e experiências foram escamoteadas, a estrutura do conhecimento credível e não credível se materializou no racismo epistêmico, ou seja, a invalidação e o pagamento sistemático de conhecimentos produzidos por intelectuais negras/os nas grades curriculares de psicologia. “Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador”, tornando ausente um discurso do negro sobre si mesmo (Kilomba, 2019, p. 65).

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio [...], [...] se manifesta também no antagonismo entre discurso militante e discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade para o saber sobre o

¹ Recorremos a essa forma de escrita como forma de reverberar o que a psicanalista negra brasileira Isildinha Baptista descreve na obra “A cor do inconsciente: significações do corpo negro” sobre as formas de desumanização do corpo negro.

² Adotamos o termo fundacional, a partir das discussões de Boaventura de Souza em “O fim de um império cognitivo: afirmações das epistemologias do sul”. O autor nos mostra como podemos deslocar a noção de conhecimento universal em nossa escrita e em nossas perspectivas, enfatizando a noção de que não existe um conhecimento universal europeu, mas um conhecimento que se torna fundacional sobre outras formas de conhecimento a partir da violência colonial e posteriormente do epistemicídio.

negro, enquanto o discurso do branco sobre o negro é legitimado” (Carneiro, 2023, p. 40).

A produção intelectual negra tem sido frequentemente marginalizada e subvalorizada nos espaços acadêmicos dominados por um cânone eurocêntrico. O conhecimento produzido por autoras/es negras/os muitas vezes é desconsiderado ou colocado em uma posição de antagonismo em relação ao que é considerado como verdadeiro ou científico dentro do contexto acadêmico (Carneiro, 2023).

Ao reconhecermos e valorizarmos os estudos produzidos por intelectuais negras/os na psicologia, não apenas estamos demarcando-os como fontes de conhecimento, mas também reconhecendo sua autoridade nos estudos que abordam a intersecção entre a psicologia e as relações étnico-raciais, bem como tantas outras discussões que se atravessam na psicologia.

Segundo Lia Schucman (2020), um discurso racializado que não explicita raça/cor, em uma cultura que tem como parâmetro de humanidade as representações da branquitude, não pode ser considerado como neutro. Em uma sociedade onde “[...] a ideia de civilidade e progresso está rotineiramente associada à cultura europeia e ao embranquecimento, fica difícil perceber esses discursos de nação e cultura em termos racialmente neutros”. Nesse sentido, gostaríamos de frisar a partir de Lanza (2021, p. 1145) que, “[...] o pensamento que inaugurou a psicologia no país é um eurocêntrico [...]” e que as bases teóricas dessa “[...] psicologia trata de uma família branca, heterossexual e burguesa, que vive o centro do capitalismo global”.

Segundo Veiga (2021, p. 82-83),

Estes autores que são importantes na história ocidental da psicologia como ciência [...], [...]construíram conceitos para manejar as subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico. A importação e incorporação direta das conceituações psicológicas e psicanalíticas produzidas na Europa desconsideram a singularidade da marca, dos processos de subjetivação não brancos e impõe uma nosologia à imagem e semelhança do colonizador. Ao limitar-se às conceituações brancas e europeias sobre saúde mental e sofrimento psíquico, a psicologia brasileira deixa de contemplar e tratar adequadamente 54% da população do país composta por negros e negras.

Mediante os apontamentos de Lanza (2021), compreendemos que o acesso precário que estudantes brancos e não brancos tem das obras clássicas e contemporâneas sobre as questões raciais na psicologia, sobretudo produzida por autorias negras, revelam como esse debate ainda é inexistente e na maioria das vezes superficial, em cinco anos de graduação são poucas as universidades que oferecem disciplinas obrigatórias sobre os estudos de raça na psicologia, “[...] são fatos que antecipam o tema do epistemicídio e que opera em estreita consonância com o dispositivo de racialidade” (Carneiro, 2023, p. 41).

Devido ao racismo, a subjetividade de pessoas não brancas é atravessada de formas diferentes. Segundo Schucman (2020, p. 30-31), “a formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de uma humanidade universal e de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados”. A categoria de raça é um marcador importante na constituição subjetiva/psíquica do sujeito, assim como os marcadores de gênero, classe e sexualidade. Portanto, a formação em psicologia que desconsidera/inviabiliza os referenciais produzidos por autorias (negras) que dentro da psicologia contribuem para compreendermos a subjetividade de forma interseccional, corrobora para a persistência de estruturas de poder e hierarquias epistêmicas que privilegiam certos conhecimentos em detrimento de outros, reforçando uma visão reducionista e simplista da subjetividade.

4 Nossos passos vêm de longe - na esteira da intelectualidade negra

Organizado pelo Sankofa Instituto de Psicologia, a professora Maria Roberta Federico, realizou a tradução de um *ebook* que contém um compilado de textos do psicólogo clínico norte-americano Na'im Akbar. São capítulos retirados dos livros *Breaking the Chains of Psychological Slavery* e *Akbar papers in African Psychology*. A obra apresenta capítulos que dizem respeito “ao legado psicológico da escravidão”, “transtornos mentais de afro-americanos” e “libertação da escravidão mental”. Ao longo dos textos traduzidos, Akbar (2020) explora as formas pelas quais a escravidão distorceu a experiência de pessoas negras em diversas

esferas, como o trabalho, a comunidade, a família, a percepção da cor da pele, bem como os processos sistemáticos para a criação de um sentimento de inferioridade na subjetividade de pessoas negras.

O racismo não impactou somente nas estruturas sociais, mas também na psique do sujeito negro. Nesse sentido, o compilado das traduções revela-se como uma contribuição significativa para o campo da psicologia ao oferecer uma compreensão mais aprofundada dos efeitos psicológicos da escravidão na comunidade negra, entre outras análises avançadas na tradução dos textos, já que suas obras não foram traduzidas de forma integral ao português.

A psicanalista brasileira Neusa Santos (2021, p. 45), traz contribuições valiosas para o campo da saúde mental na psicologia e psicanálise. Em um de seus mais célebres estudos “Tornar-se negro”, a autora se dedica em elaborar “[...] um conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro” no que tange as questões relacionadas à sua subjetividade. A partir de relatos de pessoas negras, a autora analisa questões que dizem respeito a ascensão social do negro brasileiro, as ideologias pelo qual é estruturado o mito negro, a imposição e introjeção de um ideal de ego que opera no domínio do simbólico a partir das características relacionadas a branquitude e os contextos pelo qual esse ideal opera sua constituição, bem como as definições que seus entrevistados fazem sobre as representações de si e as estratégias de ascensão pelas quais o seu estudo apresenta.

O psicólogo brasileiro Lucas Veiga (2021) na obra “Clínica do impossível: linhas de cura e fuga” condensa trabalhos produzidos ao longo de seu percurso de atendimento e estudo sobre a saúde mental de pessoas negras. O autor abre caminhos de discussão sobre a clínica com pessoas negras, a produção de um corpo descolonizado, o sofrimento psíquico enquanto um problema político, além de contribuições que levam em conta o estudo sobre masculinidades negras e a estrutura epistêmica pela qual a psicologia brasileira foi construída.

A escritora, psicanalista e artista interdisciplinar portuguesa Grada Kilomba (2019), nos apresenta em “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano” discussões que permeiam o campo da psicanálise com

foco na memória do trauma, nas questões raciais, de gênero, no epistemicídio, nas implicações psicológicas da violência colonial na subjetividade de pessoas negras, branquitude, narrativa poética e outras analíticas. Kilomba (2019) nos mostra como as violências coloniais ainda reverberam feridas a partir dos atos de racismo cotidiano e como pessoas negras vivenciam o trauma de serem colocadas como o outro/a, com representações que a branquitude reprime e projeta sobre o corpo e a subjetividade do sujeito negro.

A obra *O pacto da branquitude*, da psicóloga brasileira Cida Bento (2022), se configura como uma produção essencial para compreender como as relações de poder da branquitude se articulam na esfera das instituições públicas e privadas, avançando sua discussão sobre questões relacionadas ao capitalismo racial, masculinidade branca e nacionalismo, estudos sobre branquitude, racismo institucional e outras discussões, a intelectual fornece subsídios teóricos valiosos para prática de uma psicologia antirracista dentro das instituições.

Nesse sentido, tendo dedicado sua atuação na área de recursos humanos, a autora destaca como as relações dentro das instituições são construídas e mantidas em hierarquias que estabelecem a manutenção de privilégios para a branquitude, essas relações vão ser nomeadas como o pacto narcísico da branquitude.

O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportável e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão (Bento, 2022, p. 25).

Para Bento (2022), evocar discussões sobre o pacto narcísico da branquitude é evocar a memória da herança escravocrata, o que nos auxilia a compreender como muitas pessoas brancas herdaram seus privilégios, bem como focalizar o sujeito branco na categoria de raça. Assim, “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio, mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa.” (Bento, 2014, p. 270).

Diante das explanações anteriores, no que tange a estrutura de uma produção como um artigo, é impossível apresentar todas as

contribuições que intelectuais negras/os fazem ao campo da psicologia, assim, o que procuramos nessa seção é justamente ecoar breves leituras de como essas produções podem nos ancorar teoricamente nos estudos que dizem respeito a subjetividade de pessoas negras, bem como os atravessamentos que fazem parte da constituição subjetiva da negritude no contexto brasileiro.

5 Quem tem acesso ao conhecimento?

A população negra enfrenta constantes desafios na busca por seus direitos e sua inserção na sociedade. Essa realidade é evidenciada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008 *apud* Batista; Werneck; Lopes, 2012, p. 94), os quais revelam que a taxa de analfabetismo entre as pessoas negras é mais do que o dobro da taxa entre pessoas brancas, apresentando uma discrepância de 13,6% em comparação a 6,2%. Em 2008, dentre as 571 mil crianças com idades entre 7 e 14 anos que estavam fora do ambiente escolar, 351 mil (62%) pertenciam à população negra.

Com base nos dados apresentados anteriormente, observa-se que a população negra enfrenta dificuldades no acesso à educação. Considerando a educação como um direito humano universal, percebe-se que essa situação tem se agravado devido ao racismo institucional. Segundo Giddens (2001, p. 270), “a ideia do racismo institucional permeia as estruturas da sociedade de modo sistemático”, ou seja, as instituições, como a polícia, os serviços de saúde e o sistema educacional, adotam práticas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros.

Contudo, uma parcela da população negra, cujo conhecimento sobre as lutas sócio-históricas frequentemente passa despercebida, pode acabar sendo influenciada por uma visão distorcida da igualdade na sociedade brasileira. Ao analisar o campo da psicologia, percebe-se que as discussões que consideram as perspectivas raciais na compreensão subjetiva do indivíduo são abordadas de forma fragmentada, como se tocar nesse assunto fosse um tabu. No entanto, é importante ressaltar que atualmente existem leis que garantem a discussão dessa questão em

todos os níveis de educação, como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 (Mata, 2015).

Embora a presença de professores não-brancos e a inclusão do conhecimento produzido por autores negros no sistema de ensino superior não resolvam todos os problemas, a ausência dessa representatividade também não oferece oportunidades para a subversão do conhecimento fundamental em psicologia. Isso acaba impactando a formação profissional de estudantes, tanto brancos quanto não-brancos, que no futuro terão que lidar com demandas específicas das diferentes populações que compõem a sociedade brasileira, seja no campo clínico ou social. Carvalho (2005) descreve que o ambiente universitário está marcado por uma divisão racial, visto que nas principais universidades há cerca de 18.330 professores brancos e apenas 70 professores negros. Isso nos faz refletir que, ao optar por um professor desse grupo, teríamos a representação de um professor branco, que teve poucos colegas negros, pouquíssimos durante a graduação e praticamente nenhum durante o mestrado e o doutorado.

Nesse sentido, observa-se no meio acadêmico uma questão hegemônica enraizada sobre o que é validado como conhecimento. Isso também se reflete nas teorias psicológicas, onde é evidente que mesmo quando estudantes negros estão inseridos na universidade, eles enfrentam a repressão do conhecimento sobre sua cultura e seu povo. A partir de Carvalho (2005), compreendemos que esses fatos resultam na postergação da discussão e no silenciamento dos conflitos raciais na subjetividade da população negra dentro da psicologia. Isso leva a uma censura discursiva quando o tema emerge, tornando-se táticas de apagamento. Quando a máscara que oculta essa realidade é rompida, surgem questionamentos que desafiam os conhecimentos dominantes dentro da ciência, incluindo a psicologia.

6 Aspectos metodológicos: análises e discussões de dados

Metodologicamente, este estudo foi empreendido num âmbito exploratório, a pesquisa exploratória envolve uma coleta e análise de

dados preliminares, muitas vezes de maneira qualitativa, por meio de observações, entrevistas abertas e outras técnicas. Esses métodos norteiam os pesquisadores a obter *insights* e pistas sobre o tema, permitindo que identifiquem padrões emergentes, relacionamentos e áreas que precisam de investigação mais aprofundada, que não se encerram num único estudo (Minayo, 2001).

Diante ao contexto da pandemia em 2021, o instrumento utilizado para coletar os dados da pesquisa foi o Google Forms, um questionário eletrônico da plataforma Google. A estrutura do questionário foi elaborada com o objetivo de abordar a problemática que orienta a discussão dessa pesquisa. A partir das respostas obtidas, realizou-se um levantamento de dados com o objetivo de responder às questões levantadas na pesquisa.

A grande vantagem da utilização do Google Forms para a pesquisa, seja ela acadêmica ou de opinião, é a praticidade no processo de coleta de informações. O autor pode enviar para os respondentes via e-mail, ou através de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar (Motta, 2019, p. 373).

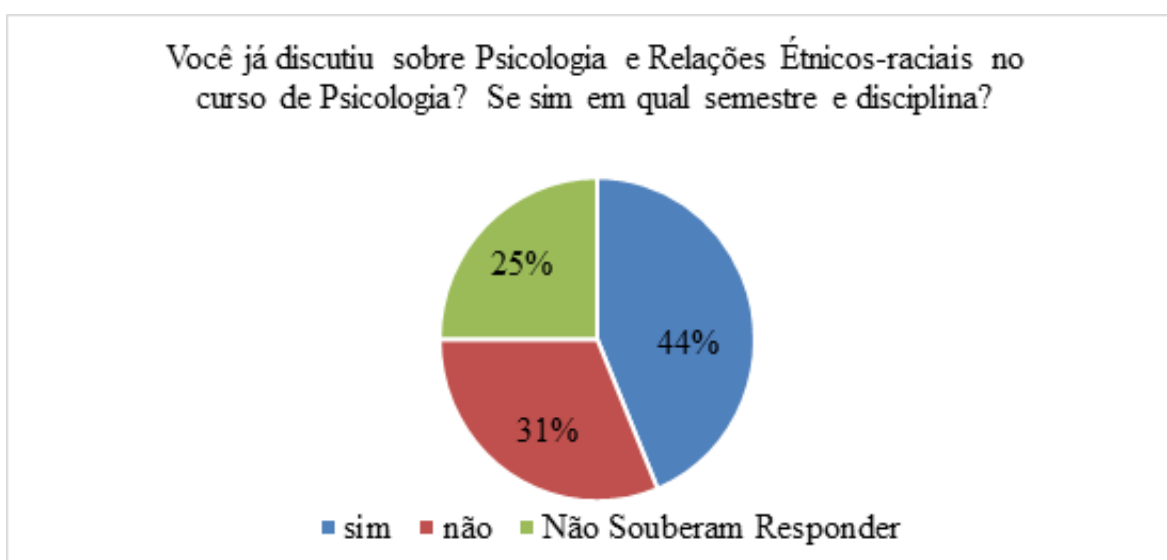
Com o distanciamento social decorrente da pandemia de Covid-19, o campo da educação buscou alternativas que permitissem obter e analisar dados sem a necessidade da presença física dos participantes, respeitando as medidas de segurança diante do contexto global. Nesse sentido, as ferramentas do Google mostraram-se úteis tanto na prática acadêmica quanto pedagógica. Segundo Motta (2019), esses formulários podem ser utilizados para alcançar os objetivos de forma prática e segura, uma vez que apenas os organizadores da pesquisa tem permissão para editar os formulários.

A pesquisa foi apresentada aos alunos do 6º, 8º e 10º semestres do curso de psicologia numa faculdade privada do interior do estado de Mato Grosso, a partir da então ferramenta Google Forms (formulários do google) onde obteve-se uma amostragem de 39 respostas, sendo que, dentro desta amostragem, 97,4% concordaram em participar da pesquisa e 2,6% não concordaram em participar da pesquisa. Nesse sentido, 20,5% dos alunos participantes correspondem ao 6º semestre de psicologia,

35,9% correspondem ao 8º semestre do curso de psicologia e 43,6% correspondem ao 10º período de psicologia.

De acordo com o quesito raça/cor conforme os parâmetros do IBGE, 51,3% declararam-se pardos, 30,8% declararam-se brancos, 15,4% declararam-se pretos, 2,6% amarela e nenhuma pessoa se declarou indígena. Adiante, apresentamos abaixo o primeiro gráfico que inicia nossas discussões.

Figura 1. Você já discutiu sobre Psicologia e Relações Étnico-Raciais no curso de Psicologia?



Fonte: Elaborado pelos autores.

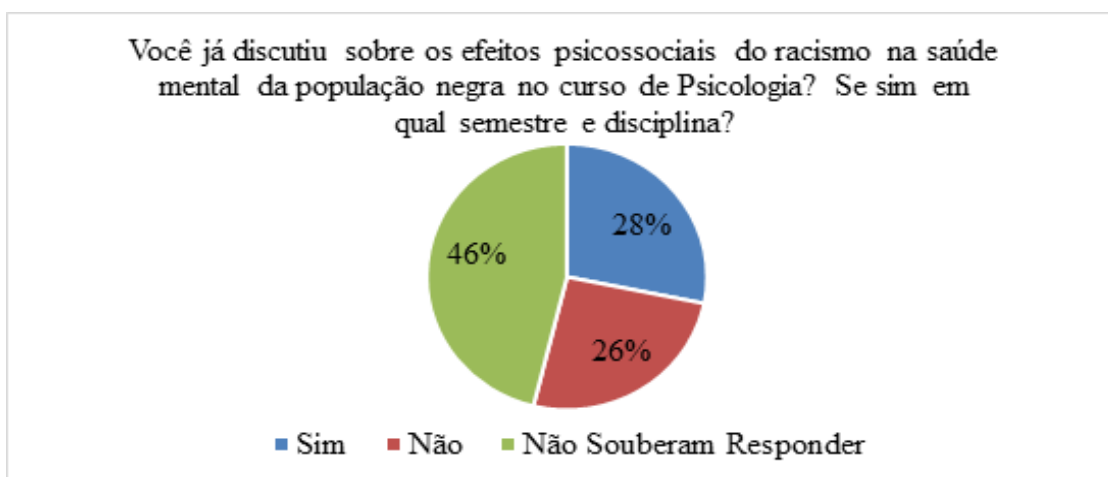
No gráfico da Figura 1, entendemos que um percentual de 44% afirma já ter discutido sobre relações étnico-raciais, porém nunca em uma disciplina específica, apenas em outras matérias como psicologia social e temas transversais em Educação. Ressalta-se ainda que 25% dos participantes não souberam responder e outros 31% afirmam que não discutiram.

Apresentamos os gráficos como figuras de análise de dados, no formulário algumas perguntas consistiam em uma resposta livre. Neste sentido, observou-se que grande parte das respostas direcionam a disciplina de psicologia social como responsável por realizar discussões relacionadas ao problema da pergunta. Portanto, observamos que as

discussões relacionadas às relações étnico-raciais estão centradas muitas vezes na disciplina de psicologia social do curso de psicologia.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia - CFP (2017, p.106), “é preciso formar psicólogas(os) e professoras(es) que sensibilizem para com a temática racial e incluam-na de forma transversal nas diversas disciplinas da psicologia”. No entanto, em contraposição à citação do CFP, ao considerarmos a realidade da população negra e como o legado colonial, por meio da colonialidade, perpetua estigmas, estereótipos, relações de poder e formas de subalternização em relação aos corpos negros, entendemos que abordar a discussão sobre relações étnico-raciais de forma transversal nas disciplinas da psicologia pode não ser suficiente para uma abordagem centralizada da discussão. Nesse sentido, é necessário pensar essa discussão enquanto uma questão específica, uma disciplina obrigatória. No próximo gráfico observaremos que a maioria dos estudantes não acessam essas discussões, e ainda que acessem, nos parece que no curso de psicologia, se constrói um discurso a partir dos estudantes que torna a disciplina de psicologia social o grande monólito dessa discussão.

Figura 2. Você já discutiu sobre os efeitos psicossociais do racismo na saúde mental da população negra no curso de Psicologia?



Fonte: Domínio Próprio.

No gráfico da Figura 2, podemos notar que 46% dos participantes não souberam responder, 26% nunca tinham discutido sobre este tema na faculdade e 28% já discutiram o tema e que a discussão ocorreu entre

o 5º e 8º semestre, tendo sido discutido nas matérias de psicologia social e temas transversais em educação. Ressalta-se que discutir este tema e construir um discurso político consciente sobre tais efeitos é fundamental, pois a ideia de democracia racial que se apresenta na sociedade contribuiu (e contribui) para a produção de representações sobre uma suposta convivência harmoniosa entre pessoas brancas e negras, ambas desfrutando de iguais oportunidades de existência. Contudo, essas representações são ideológicas e estão a serviço da manutenção de uma lógica social excludente que impossibilita a compreensão adequada dos problemas sociais oriundos das relações raciais no Brasil (CFP, 2017).

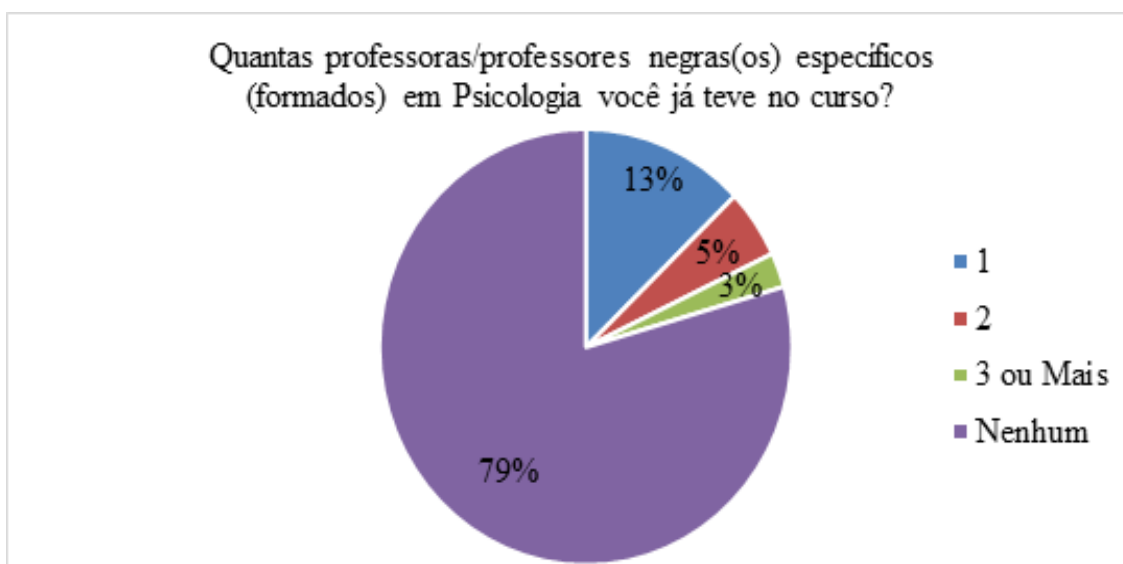
Diante das explanações, é impossível negar que a exposição cotidiana de violências sobre os corpos negros no Brasil não cause efeitos múltiplos de dor, angústia, insegurança, autocensura, rigidez, alienação e negação da própria negritude, deixando marcas profundas na psique do sujeito negro (Instituto Amma Psique e Negritude, 2008).

Vale destacar que, conforme o Conselho Federal de Psicologia-CFP (2017), a omissão tanto das instituições públicas em atender essas especificidades quanto dos profissionais de saúde, vem a se caracterizar como racismo institucional, podendo ser considerada como uma das principais práticas responsáveis pelas violações de direitos da população negra e de outras, como por exemplo, o princípio da ausência. Como afirma Kilomba (2020, p. 12) o princípio da ausência “é uma das bases fundamentais do racismo”, aquilo que torna não só o conhecimento produzido por intelectuais negras/os ausentes dos cursos de psicologia, bem como seus próprios corpos, como seguiremos no gráfico a seguir.

No gráfico da Figura 3, procuramos observar se dentro da faculdade havia/houve professoras/es negras/os, porém podemos notar que 79% dos participantes responderam que não a nenhuma/nenhum docente negra(o) formado em psicologia, nos levando então ao questionamento de representatividade racial do quadro docente nos cursos de psicologia. Conforme Silvio Almeida (2019), “o que chamamos de representatividade refere-se à participação de minorias no interior dos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia”. O que nos faz

chegar a uma questão: a presença de pessoas negras e indígenas em espaços de relevância e prestígio social seria o suficiente para combater o racismo?

Figura 3. Quantas professoras/professores negras (o) específicos (formados) em Psicologia você já teve no curso?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Almeida (2019, p. 109),

[...]a existência de minorias em tais posições seria a comprovação da meritocracia e do resultado de que o racismo pode ser combatido pelo esforço individual e pelo mérito, essa visão, quase delirante, mas muito perigosa serve no fim das contas apenas para naturalizar a desigualdade racial.

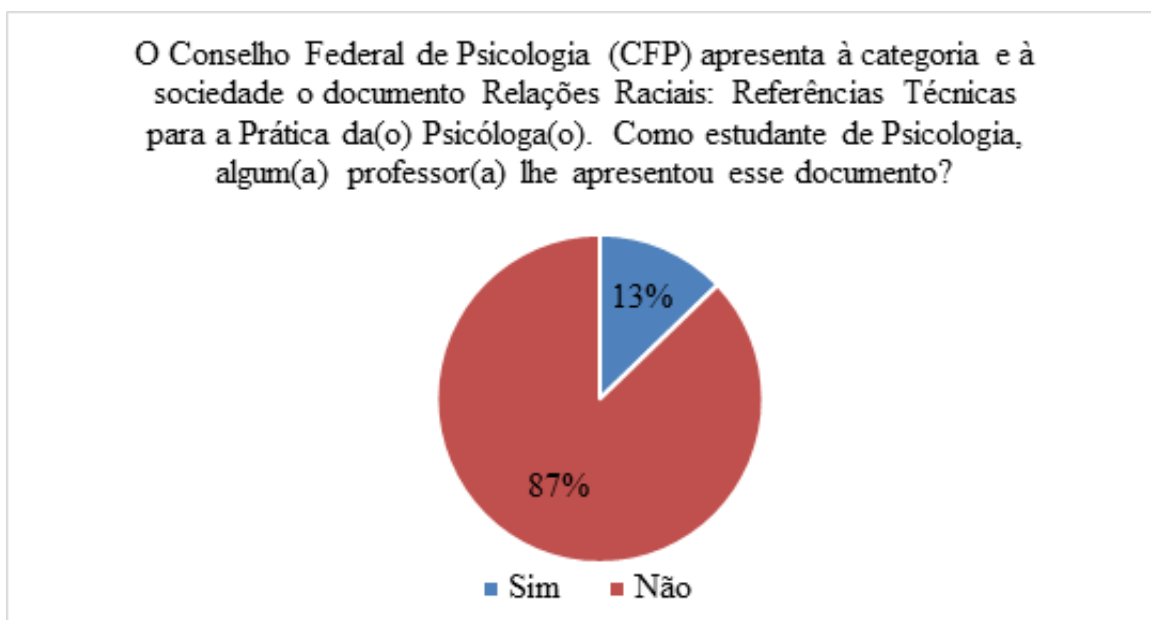
Nota-se que a representatividade pode ter dois efeitos importantes no combate à discriminação: a abertura de um espaço político para que os direitos de outros grupos possam ser repercutidos, especialmente quando o espaço ocupado for resultado de um empreendimento político e coletivo, e outro efeito seria dismantelar narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade, porém vale lembrar que mesmo que uma pessoa negra esteja em espaços de prestígio social, não significa que esteja no poder e muito menos que a população negra esteja no poder. (Almeida, 2019, p. 110).

É preciso que o efeito positivista em seu âmbito tóxico de que o sujeito negro deva ocupar todos os espaços, sejam discutido de forma

estratégica e cautalosa, há espaços que não se deve ocupar, e espaços que se deve reivindicar a travar lutas coletivas que rompam as estruturas, somente “uma política de cotas é que pode tornar o ausente existente”, e a representatividade por si só não da conta do princípio estrutural da ausência dos corpos negros (Kilomba, 2020, p. 15).

O princípio da ausência nega não só o corpo e o conhecimento do sujeito negro, mas a discussão sobre as estruturas do racismo, as discussões das questões raciais nos cursos de psicologia tem se mantido ausente. No gráfico a seguir não temos como objetivo responsabilizar os professores de forma tão essencialista, mas a estrutura da formação em psicologia nas universidades brasileiras que tornam essa discussão ausente. “E é com este princípio da ausência que espaços brancos são mantidos brancos, que por sua vez tornam a branquitude a norma nacional” (Kilomba, 2020, p. 14-15).

Figura 4. Como estudante de Psicologia, algum professor lhe apresentou as referências técnicas para a prática do psicólogo nas relações raciais?

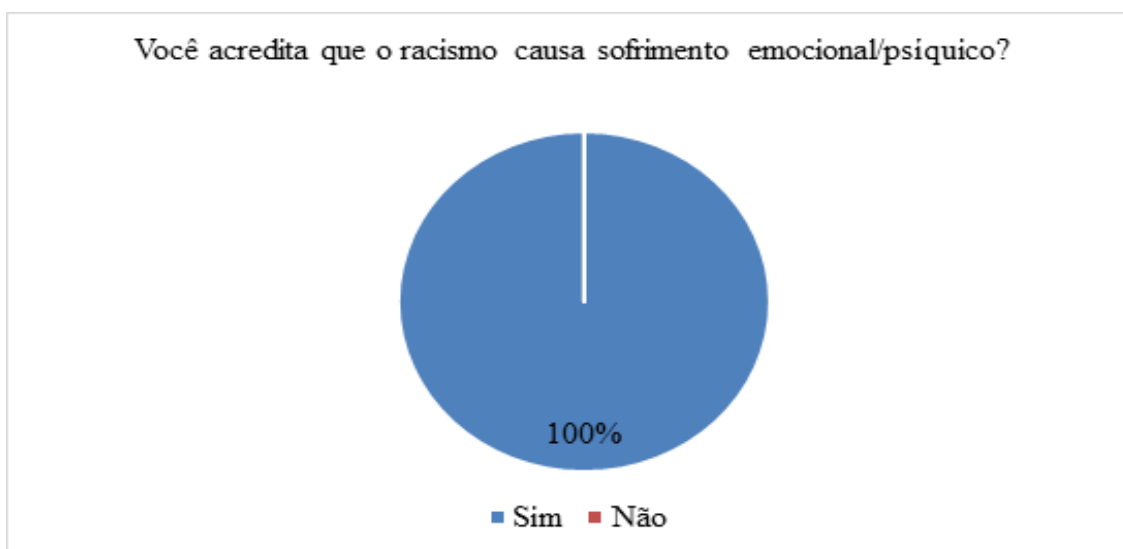


Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico da Figura 4, de acordo com o número de alunos que responderam o formulário, 87% afirmam que nenhuma/nenhum professor(a) apresentou o documento elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)

apresentado a categoria profissional e a sociedade pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e apenas 13% dos alunos afirmam que houve professoras (es) que apresentaram o documento. “Hoje em dia a psicologia mantém-se ainda conivente com a perpetuação desse olhar, silenciando-se diante das desigualdades políticas, dentre elas, o racismo e o sexismo”. O documento apresenta referências técnicas para a prática de psicólogas/os diante das Relações Raciais organizadas em cinco eixos de discussão, sendo os dois últimos (4º eixo e 5º eixo) mais específicos sobre formação e atuação que contribuem para que os profissionais avancem nas discussões sobre os efeitos do racismo na saúde mental/psicossocial da população negra, como evidenciaremos a seguir (CFP, 2017, p. 76).

Figura 5. Você acredita que o racismo causa sofrimento emocional/psíquico?



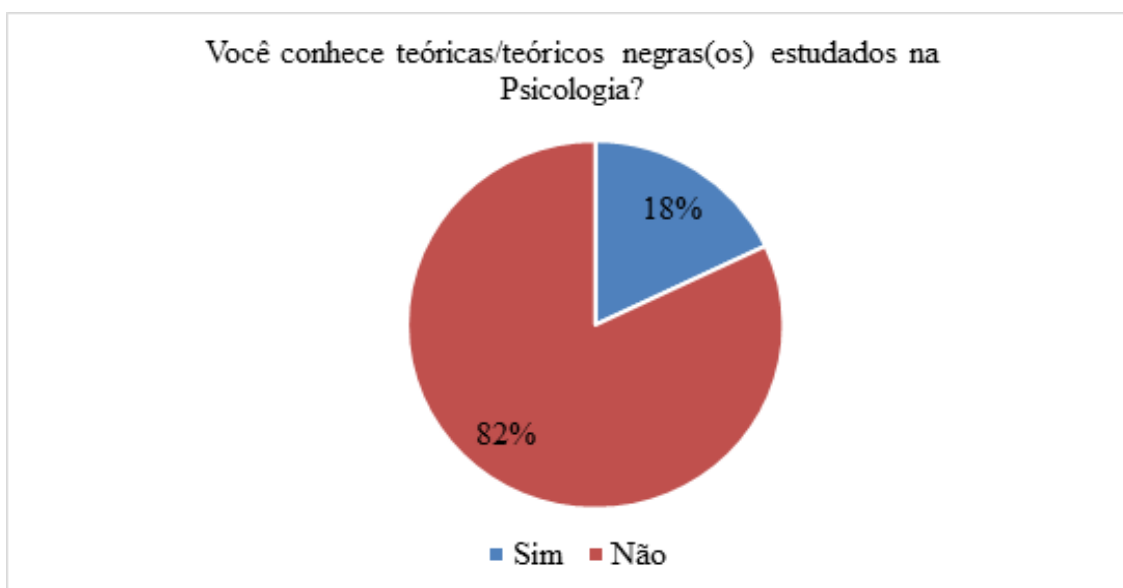
Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Na'im Akbar (2020, p. 34), “o racismo afeta o status de subjetividade de uma pessoa”. No gráfico acima, observa-se que 100% dos alunos acreditam que o racismo causa sofrimento emocional e psíquico. De acordo com Almeida (2019, p. 25), o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Apesar das preocupações e da luta contra a discriminação racial serem fundamentais para uma sociedade mais justa e humana, a psicologia pouco se debruçou sobre a questão das relações raciais no Brasil. Nas grades curriculares das faculdades de psicologia brasileiras raramente encontramos qualquer menção ao tema da raça e do racismo nas disciplinas obrigatórias (Schucman, 2020, p. 30)

Por ser o racismo um sistema que estabelece relações de privilégio e desvantagem para determinados grupos, suas manifestações podem ocorrer em diversas esferas, como na economia, na cultura, nas instituições e também no campo epistêmico. Neste artigo, nosso foco direcionou com mais ênfases para a forma como o racismo, seja de forma consciente ou não, tem ocultado as contribuições de intelectuais negras/os no currículo do curso de graduação em psicologia. Nesse sentido, em consonância com o exposto buscamos na discussão a seguir compreender melhor sobre as ausências de autoras/es negras/os nos saberes psi.

Figura 6. Você conhece teóricas/teóricos negras(os) estudados na Psicologia?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante dos resultados apresentados na Figura 6, observou-se que 82% dos alunos não possuem conhecimento sobre teóricas/os negras/os cujas produções se inserem na psicologia, enquanto apenas 18% dos alunos têm conhecimento sobre. Assim, nomes como Neusa Santos Souza, Virgínia Bicudo, Grada Kilomba, Cida Bento, Frantz Fanon, Isildinha Baptista Nogueira e Na'im Akbar, por exemplo, raramente são utilizados

como referências na construção das ementas disciplinares do curso de psicologia. Nesse sentido, Kilomba (2019, p. 50, grifo da autora), destaca que o meio acadêmico “[...] é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para pessoas *negras*”.

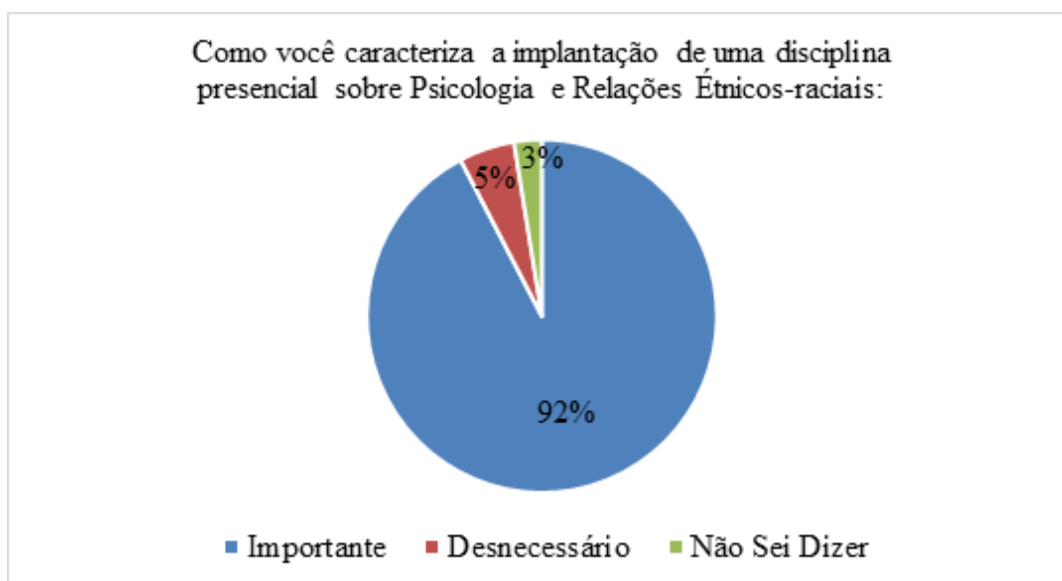
O apagamento da produção de conhecimento dessas teóricas/os na área da psicologia pode ser lida como uma manifestação de racismo epistêmico, também conhecido como epistemicídio, conforme discutido por Carneiro (2023).

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (Kilomba, 2019, p. 50).

Os questionamentos da psicanalista Grada Kilomba nos direcionam a pensar quem tem sido os referenciais de conhecimento reproduzidos nas grades curriculares dos cursos da psicologia brasileira. Quais as/os intelectuais e pensadoras/es estudadas/os no curso? Quais subjetividades estamos estudando? Qual conhecimento tem sido naturalizado no curso? Quais são as/os professoras/es que mediam esse conhecimento? Romper com o conhecimento hegemônico não significa ignorá-lo, entretanto, se o objeto de estudo da psicologia se concentra na subjetividade humana é preciso compreendê-la de forma interseccional.

Assim, o último gráfico na Figura 7 apresenta dados relevantes para a elaboração de uma matriz curricular que inclua a implementação de uma disciplina obrigatória de caráter sobre Psicologia e Relações étnico-raciais. A partir dos dados na figura, podemos observar no gráfico que 92% consideram a implantação da disciplina importante, enquanto 5% a consideram desnecessária e 3% não tem uma opinião formada sobre a questão.

Figura 7. Como você caracteriza a implantação de uma disciplina sobre Psicologia e Relações Raciais?



Fonte: Elaborada pelos autores.

No contexto brasileiro, o racismo muitas vezes é percebido como um problema a ser discutido apenas por pessoas negras. No entanto, é fundamental incluir a perspectiva de pessoas indígenas e brancas nessa discussão, por exemplo. Ao pensar em quem ministrará essa disciplina, é necessário ir além da ideia de representatividade que corresponde a um modelo totêmico, ou seja, a presença de uma professora negra ou indígena não significa que romperá com a estrutura do racismo institucional, ainda que tal representação seja importante. De acordo com Veiga (2021, p. 80), “o sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político”, portanto, é crucial considerar a presença de profissionais politizadas/os que abordam de forma crítica as questões relacionadas à realidade na qual a psicologia brasileira está atravessada e terá que se haver.

7 Considerações finais

Com base nas discussões realizadas, as produções de conhecimento elaboradas por intelectuais negras/os emergem na psicologia um papel fundamental para compor a discussão dos aspectos relacionados à subjetividade, sobretudo a negritude. Bem como, avançar na inclusão de

outros saberes que abordam a construção da subjetividade de outros grupos. A incorporação de autoras/es negras/os nas grades curriculares dos cursos de psicologia pode ser vista como uma estratégia para subverter o conhecimento tido como hegemônico e único, buscando uma equidade teórica que reconheça a diversidade na compreensão da subjetividade.

Nesta pesquisa, apresentamos uma realidade que afeta o curso de psicologia em uma faculdade privada do interior de Mato Grosso até o ano de 2021, ano em que se realizou a pesquisa. Identificamos uma grande ausência de discussões sobre relações étnico-raciais e como a centralização dessas discussões surgem apenas na disciplina de psicologia social, com pouco ou nenhum diálogo em outras disciplinas. Além disso, constatamos uma discrepância significativa no conhecimento dos estudantes sobre a existência de teóricas/os negras/os na psicologia, e uma expressiva falta de professoras/es negras/os formadas/os na área, atuando no curso. É importante ressaltar que o desconhecimento desse contexto pode levar os estudantes a invalidar todas essas lutas, em virtude da falsa crença de que o racismo não existe mais.

Cabe ressaltar que reconhecemos o quanto este estudo não aborda diretamente questões relacionadas à populações indígenas/originárias. No entanto, esperamos que este texto contribua de alguma forma para incentivar pesquisas sobre as formas de conhecimento elaboradas por autoras e autores indígenas no campo da psicologia.

Diante do exposto, é fundamental rever quem são os nomes canônicos quando se trata da psicologia enquanto ciência. O escamoteamento das contribuições de teóricas/os negras/os na grade curricular do curso de psicologia perpetua lógicas hegemônicas de conhecimento e compreensão do sujeito. Portanto, é necessário questionar quem está falando, em nome de quem e para quem essas falas são direcionadas no âmbito da graduação. É necessário admitir que devido ao racismo institucional as universidades podem compactuar com o apagamento de intelectuais não brancos.

Nesse sentido, orientamos essa discussão tendo em vista a psicologia como uma ciência humana constituída de muitas

contribuições. Não se trata de ignorar o que já foi produzido, mas sim de apresentar outras formas de contribuições que sejam mais plausíveis para o estudo, a compreensão e a escuta de outros grupos, de outros sujeitos cuja subjetividade é atravessada pelo racismo, pela violência policial, de gênero e tantas artimanhas que insistem em tornar o sujeito negro, um sujeito do impossível. É preciso decolonizar a psicologia.

Referências

AKBAR, Na'im. Psychological Legacy of Slavery. *In: _____*. **Breaking the Chains of Psychological Slavery**. Tallahassee: Mind Productions & Associates, 1996. p 1-25.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural (feminismos plurais)**. Pólen: São Paulo, 2019.

BATISTA, Luís et al. **Saúde da População Negra**. 2. ed. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e branqueamento no Brasil. *In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.)*. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para a atuação de Psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

FRANTZ, Fanon. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira. Por uma psicologia decolonial: (des)localizando conceitos. *In: RASERA, Emerson Fernando; PEREIRA, Maristela de Souza; GALINDO, Dolores (Orgs.)*. **Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. v. 1, p. 263-276.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Decolonizando a psicologia: discussões sobre a invisibilidade de intelectuais negros(os) e das questões raciais na graduação em psicologia

LANZA, Hugo Ribeiro. Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a prática clínica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 1144-1159, 2021.

MATA, Valter de. **O racismo é, sim, promotor de sofrimento psíquico**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, Janine da Silva. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 1, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VEIGA, Lucas Mota. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

VEIGA, Lucas Mota. Decolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal**, v. 31, p. 244-248, 2019.

WHITE, Joseph L. Toward a Black Psychology: White theories ignore ghetto life styles. **Ebony Magazine**. Rio de Janeiro: Instituto Sankofa Psicologia, 2020.

Sobre os autores e a autora

Elvis Dutra Laurindo  

Graduado em Psicologia pela UNIBRAS Faculdade em Quatro Marcos (MT). Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Pesquisador Laboratório de Psicanálise, Subjetividade e Linguagem (LAPSULI) da UFMT. Email: elvisdutrapsi@gmail.com

João Lucas Saraiva Martins  

Graduado em Psicologia pela UNIBRAS Faculdade em Quatro Marcos (MT). Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Email: lucasj307@gmail.com

Catia Cristine Leite de Almeida  

Graduada em Psicologia pela UNIBRAS Faculdade em Quatro Marcos (MT). Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Professora da UNIBRAS Faculdade em Quatro Marcos. Técnica Administrativa Educacional (TAE) da Secretaria de Educação do Mato Grosso. Email: catia-psico1@hotmail.com